

Ensinar para educar: a abordagem da História e Cultura Afro-Brasileiras na sala de aula como alternativa eficaz para a promoção da cidadania

Maria Luziane de Sousa Lima – UFCG
luziane.picui@hotmail.com

Djanira Rafaella Silva Pereira – UFCG
rafaellapereiracg@hotmail.com

Professor Orientador: Manassés Morais Xavier – UFCG
Manassesmxavier@yahoo.com.br

RESUMO:

A proposta deste artigo é uma reflexão acerca do trato da questão racial no ambiente escolar, atestando esta como uma opção eficiente no que tange a propostas da construção da cidadania, utilizando como objeto uma escola municipal da cidade de Picuí, PB, onde através de questionários, entrevistas e observação buscamos diagnosticar o conhecimento e opinião dos alunos acerca desta temática e de como ela é abordada na sala de aula, especialmente na disciplina de história. Enfatizamos sobre a necessidade de se buscar alternativas metodológicas que enalteça, reconheça e valorize as contribuições do povo negro na construção da nossa brasilidade. É preciso propor metodologias que incitem um novo olhar para a contemporaneidade, que instale nos alunos o dever a tomar posicionamentos mais democráticos, garantindo o respeito às diferenças e onde a diversidade racial torne-se habitual. Para isso utilizamos como referência autores como Gomes (2008), Borges (2010), Gonçalves e Silva (2007). Constatamos na análise que grande parte dos alunos tem opinião formada em relação ao tema, mas que seu conhecimento não provém totalmente da escola, e sim de outros dispositivos, como os midiáticos, através de jornais e internet, sendo os conteúdos referentes a esta temática esporádicos. Portanto, pelas observações e depoimentos, entendemos que a escola ainda não dispõe de tantas práticas pedagógicas que viabilizem um contato mais dinâmico dos alunos com a história e cultura afro-brasileira, inviabilizando esta de atuar como um meio produtor de cidadania e sentimento de pertença.

Palavras-Chave: Diversidade racial. Cidadania. Relações étnico-raciais. Práticas pedagógicas.

RESUMEN:

El propósito de este artículo es una reflexión sobre el tratamiento de las cuestiones raciales en el ámbito escolar, lo que confirma esto como una opción eficiente en relación con el proyecto de construcción de la ciudadanía, el uso como objetos una escuela municipal de la ciudad Picuí, PB, donde a través de cuestionarios, entrevistas y observación buscamos diagnosticar el conocimiento y la opinión de los estudiantes sobre este tema y la forma en que se aborda en el aula, especialmente en la disciplina de la historia. Hacemos hincapié en la necesidad de buscar alternativas metodológicas que exaltan, reconoce y valora las contribuciones de los negros a construir nuestra brasilidad. Es necesario proponer metodologías que incitan a una nueva mirada a la contemporaneidad, que se instalan en los alumnos el deber de adoptar posiciones más democráticas, garantizar el respeto de las diferencias y donde la diversidad racial se convierte en habitual. Para ello se utilizan como referencia autores como Gomes (2008), Borges (2010), Silva y Gonçalves (2007). Encontrado en el análisis que la mayoría de los estudiantes han formado opinión sobre el tema, pero su conocimiento no proviene enteramente de la escuela, pero en otros dispositivos, tales como los medios de comunicación, a través de los periódicos y

de Internet, siendo los contenidos relacionados con este tema esporádico. Por lo tanto, las observaciones y entrevistas, entendemos que la escuela aún no tiene muchas prácticas de enseñanza que permiten un contacto más dinámico de los estudiantes con la historia y la cultura afro-brasileña, invalidar este acto como un mérito productor de la ciudadanía y el sentido de pertenencia.

Palabras-Clave: Diversidad Racial. Ciudadanía. Las relaciones étnico-raciales. Las prácticas pedagógicas.

Introdução

A questão racial, direta ou indiretamente, é alvo de discussões em todos os âmbitos da sociedade, e esta realidade não se limita apenas a contextos gerais, envolve também outros grupos sociais distintos como as salas de aula, onde em muitos casos, acabam se transformando e sendo palco de situações de exclusão social e cultural bastante evidentes, além da promoção de conceitos concebidos erroneamente. Isso ocorre quase sempre por falta de conhecimento e condições adequadas para o ensino e o aprendizado, como também a reeducação no que diz respeito as relações étnico-raciais.

Com a implantação da lei a lei 10.639 em 2003, buscou-se a obtenção de um conhecimento totalmente isento de preconceitos estereotipados, promovendo à criação de uma sociedade aberta e tolerante as pluralidades étnico-raciais, colocando novas questões em debate que abarquem a compreensão de toda a dimensão histórico-cultural afro-brasileira. Borges (2010) aponta que “[...] este é um momento histórico que objetiva não apenas mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, mas sim ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira”.

O desafio é, portanto, romper com um padrão de ensino adotado pelas escolas ao longo de décadas, tentando propor mudanças nas práticas docentes, estimulando os estudantes a construir modelos que estabeleçam em si conhecimento que os permitam relacionar-se dentro do contexto social.

Muitas escolas ainda não dispõem de uma educação étnico-racial produtiva, no sentido de ensinar e educar como se portar diante da diferença, a construir posições democráticas em relação ao outro ao longo de suas vidas. Borges (2010) afirma que o sentido de responsabilidade da escola é essencial neste contexto, pois ela se coloca como mediadora, o que sem dúvida a faz assumir um compromisso perante a formação cidadã dos alunos e comunidade escolar, “Sem dúvida, assumir essas responsabilidades implica compromisso com o em torno sociocultural da escola, da comunidade onde se

encontra e à qual serve. Implica ainda compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais das quais participam e que ajudam a manter e/ou a reelaborar”.

É pertinente evidenciar a cultura negra, as suas manifestações, os seus indivíduos como contribuintes ferrenhos de nossa sociedade. O que segundo Bitioli e Toniosso (2013) ela está cumprindo aquilo que lhe é incumbido, o seu papel na sociedade, “a escola tem o papel de inserir o indivíduo na sociedade, construindo valores e identidades igualitárias, pois tem a responsabilidade de formar o cidadão crítico e que respeite ao outro e cada cultura presente na sociedade”.

Para Gomes apud Schützer (p. 97), o professor também tem um dever especial a exercer, de buscar vivenciar ao máximo situações e sempre propor novas metodologias que possam incorporar a prática decorrente da teoria, e instiguem mudanças e construção de valores:

O professor deve ser preparado para vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal, pois não basta o entendimento dos conceitos se não forem acompanhados de atitudes concretas que possibilitem a mudança de valores (GOMES APUD SCHÜTZER, p. 97).

Seguindo a ideia de Tardif (2000), isto é decisivo, pois interfere em suas ações em sala de aula ao ensinarem, e, portanto, alguns professores tendem a resistir no envolvimento de novos conteúdos por julgá-los desnecessários.

Portanto, nosso objetivo é exatamente enfatizar a importância de elaborar e estabelecer práticas pedagógicas que viabilizem o ensino da história cultural afro-brasileira nas escolas, para que possa dessa forma levar ao alunado o conhecimento acerca de suas contribuições, como também orientá-los a entender a diversidade racial como algo extremamente positivo, bem como transformando-os em cidadãos conscientes e críticos de sua realidade.

É possível ainda estabelecer a memória e a identidade do negro na sociedade de forma geral bem como o seu lugar dentro do âmbito escolar de maneira que a sua riqueza cultural, como toda sua história venha ser enaltecida e explorada com o intuito de proporcionar paridade entre os que compõem o ambiente e, conseqüentemente, venha quebrar com os preconceitos e estereótipos que estão sobrecarregando de forma peculiar todo o processo de escolarização.

Metodologia.

A perspectiva metodológica se dará através de pesquisa predominantemente qualitativa e bibliográfica. Na oportunidade abordaremos através de questionários e entrevistas uma parcela de alunos entre o 6º e 9º ano, com ênfase na disciplina de história, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tertuliano Pereira de Araújo, localizada no município de Picuí, PB. Optamos por utilizar questionários e entrevistas porque nosso foco principal é diagnosticar pelos dados obtidos seu grau de conhecimento em relação a temática, e por suas respostas e opiniões estabelecer qual a importância para eles, tendo em base o aprendizado da sala de aula ou não, da questão racial e do ensino da história afro-brasileira no cotidiano escolar, como também de onde provem seu maior conhecimento: escola, família, mídia ou outros.

A escola abrange uma quantidade de cerca de 250 alunos, e dois professores titulares da disciplina de história. A pesquisa foi realizada entre os dias 5 e 9 de abril de 2014, e achamos pertinentes compreender um pouco menos da metade dos alunos, em média 100, pertencentes a todas as séries, devido ao nosso tempo. A escolha dos alunos foi feita aleatoriamente, precisando apenas a seriedade e compromisso na participação.

Além disso, através de observação do ambiente e da coleta de informações buscaremos evidenciar os métodos pedagógicos utilizados nas aulas, se porventura houverem, sobre a questão étnico-racial, a contribuição e importância do povo negro, mas principalmente comprovar se os estudos são esporádicos e isolados ou frequentes, e se por acaso tem resultados positivos quanto a aprendizagem e participação dos alunos. Mesmo sabendo que esta temática é claramente interdisciplinar, optamos pela disciplina de história por esta de apresentar mais propícia a elaboração e difusão de conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileiras.

Análise dos resultados

Para podermos compreender de fato como se dá o processo de ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, e a sua contribuição para a formação social e cidadã dos participantes, como também as implicações que isto representa no cotidiano escolar, é preciso um olhar minucioso. É neste sentido que discorreremos acerca de um objeto específico, no caso uma escola pública, para podermos elaborar apreciações mais consistentes sobre os conflitos apresentados.

No primeiro questionário aplicado para detectar sua opinião acerca da diversidade racial, o que seria e qual sua importância no contexto escolar, os alunos em sua grande maioria afirmaram ter conhecimento sobre e que este é um assunto atual:

“Sim, eu sei. Pra mim diversidade racial é quando duas raças podem estar unidas, sem haver nenhum problema ou conflito entre elas, uma estando em semelhança com a outra, sem preconceito e tal, vejo muito na televisão, nas novelas, realmente é um assunto do momento, vejo sempre na televisão e até aqui na escola”. (aluno 9º Ano)

Em compensação, para outro aluno, pertencente ao 6º ano, quando questionado acerca da questão racial e sua interferência no conjunto escolar e social dela e seus colegas, esta se apresenta como assunto casual, que não intervém em sua vida, onde a discriminação e o racismo quando ocorre não passa de uma brincadeira entre “colegas”:

“Isso pra mim não existe, acho que é mais exagero mesmo, e quando acontece algo assim é brincadeira na verdade, quem nunca chamou um amigo de “nego”? é normal, mas, eu só vejo mais na televisão, aqui nunca vi, e nem me interessa, por mim tanto faz”.

Neste caso, atentamos para uma concepção bastante evidente nos dias atuais, o da adaptação de conceitos, ou seja, quando passa-se a vê-lo com naturalidade e normalidade. É o que aponta Gomes (2008, pag. 06), quando diz que isto é totalmente peculiar, pois acaba tornando natural qualquer forma de discriminação por parte dos participantes de um ambiente, criando hierarquias desiguais, “é incontestável a maneira naturalizada como isso se dá, sabendo-se que a naturalização do preconceito alimenta relações de poder desiguais entre os alunos”.

Neste sentido, em outro depoimento, sendo dessa vez por parte de um aluno negro, oriundo do 7º ano, nos chama atenção a constatação de como na escola tal qual a sociedade está impregnada de discriminação, e ao mesmo tempo repleta de comodismo em relação ao fato. Ele revelou que:

“sobre esse tema na escola, é um assunto importante e acho que aqui existe sim, e muito, eu mesmo sempre estou sofrendo, me olham diferente não só aqui na escola, como no ônibus, me chamam de “nego preto”. Eu percebo que as vezes riem, não querem fazerem trabalho comigo, por isso faço sempre com a minha irmã (que também é negra). Outro dia vi uma menina na sala chamando outro aluno de “nego timbu”, o professor tava na sala, e só reclamou. Comigo, eu até falei com a diretora, mas não deu em nada não, ai eu ignoro mesmo, porque não sou de briga”.

Neste contexto, se revela algumas situações, como por exemplo, o destaque para uma aparente sujeição por parte do aluno, demonstrando passividade referente a uma situação por ele vivida, como que esta parecesse insolúvel, estando arraigado no cotidiano, e sem nenhuma perspectiva, o que no brasileiro é bastante claro. Sobre isto, afirma Coqueiro (p.09):

No jeito brasileiro de ser, atitudes preconceituosas fazem parte do comportamento cotidiano de cada um. A nossa forma de pensar em relação ao outro, na maioria das vezes parte do princípio que a diferença é negativa ou inferior. Os nossos padrões são sempre comparativos e competitivos, por isso a valorização individual ou grupal depende da desvalorização do que se coloca em oposição [...] (COQUEIRO, P. 09).

Porém, ao contrário, são em situações desta natureza que podem surgir claras oportunidades para pautar discussões e problematizar questões; é em meio a este contexto que podem ser estabelecidos materiais pedagógicos para que os alunos compreendam as situações de desigualdades, que estas se tornem pontos de reflexão, condição básica para o desenvolvimento de relações humanas mais fraternas e solidárias, fazendo correlação com nossa sociedade. Desde modo, concordamos com Borges (2010), quando destaca a importância das ações educativas, e também inserção de outros grupos na escola, como a própria comunidade, para criar um ambiente favorável e desinibido:

Finalmente, o princípio de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações encaminha a criação de condições para professores e alunos pensarem, decidirem e agirem, assumindo a responsabilidade pelas relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos e contestações, e valorizando os contrastes das diferenças [...], bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial (BORGES, 2010, p. 76).

Gonçalves e Silva completa afirmando que “o tema aprender e ensinar em meio a relações étnico-raciais, portanto em contextos de sociedades multiculturais como a nossa, é amplo, vasto e permite muitas aproximações [...], deve ser tratada desde múltiplas perspectivas, coordenadas, encadeadas”.

Quando questionados quanto aos conteúdos referentes ao ensino da história afro-brasileira, sua cultura, sua contribuição, valorização e do respeito acerca de uma das ramificações culturais predominantes na nossa brasilidade, como também sobre os métodos pedagógicos nas salas de aula, dadas pela disciplina de história, fica explícito dois aspectos distintos. Para alunos oriundos das séries chamadas menores, 6º e 7º anos, respectivamente, o conteúdo torna-se mais satisfatório, pois os mesmos, segundo eles, são envolvidos em projetos, como a “semana da cultura”, onde tiveram a oportunidade de se envolver na produção e execução de projetos, com fantasias, teatros, dança, apresentação de temas e etc. o que lhes causou compensação.

No entanto, para alunos do 8º e 9º anos, estes afirmaram apenas ter o conhecimento básico na disciplina, sem abordagens mais profundas nos assuntos e principalmente, que os métodos ainda são poucos por parte dos professores, não há dinamismo nas aulas, além da esporadicidade. Segundo os alunos consultados, este seria o lugar ideal para ser oportunizadas formas de conscientização do respeito e da diversidade, como também maior enfoque a questão racial, através de informações sobre o conteúdo, palestras, discussões em grupo, confecção de cartazes, redes sociais:

“História é uma matéria que tem muita coisa, sobre África eu vi pouco, só ano passado, mais por causa de outras coisas, como a semana cultural. Pra mim poderia ser mais abordado, sabe? mais abrangente, mais dinâmico, acho interessante e tenho muita curiosidade sobre o assunto, além do mais seria uma forma de alertar os alunos da importância dos negros, evitando conceito errado contra os outros, até dentro da escola e fora daqui”. (Aluno 9º Ano)

Isso nos leva aquela velha concepção, mas muito real, conhecer para entender, se não se conhece há sempre a tendência a fazer julgamentos precipitados sobre conceitos. É aí que a escola tem função primordial, o de apresentar aos alunos conhecimentos que os permitam por em prática de acordo com suas realidades pessoais. Daí, quando instruídos a responder acerca de onde provem seu maior conhecimento sobre esta temática, a grande maioria atribui a mídia, principalmente jornais e internet como seu maior meio de informação e não a escola ou até família. Como comprovamos no quadro a seguir:

De onde provem seu maior conhecimento sobre a temática afro-brasileira, diversidade racial e etc.?	Repostas
() escola	6%
() família	7%
() mídia (jornais, internet)	84%
() outros	3%

Dessa forma, fica evidenciado que de acordo com a maioria esmagadora de alunos pesquisados seu conhecimento está longe de ser pautado na escola. Ou seja, há uma enorme lacuna ainda para se preocupar com relação a formação desses alunos como cidadãos aptos a lidar com a diferença, pois como indica CAVALLEIRO apud COQUEIRO, o conhecimento é essencial, pois se não, cria-se opiniões e conceitos não fundamentados no discernimento correto, criando clichês facilmente aceitados no cotidiano, essencialmente no escolar:

o racismo e o preconceito racial como um conjunto de ideias, atitudes e comportamentos apoiados em conceitos e opiniões não fundamentadas no conhecimento, e sim na sua ausência, estimula a criação de estereótipos e representações negativas e dão origem ao um estigma que imputados ao indivíduo dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social (CAVALLEIRO APUD COQUEIRO, P. 13).

Neste sentido, podemos compreender como o papel do professor na progressão social é forte, pois sua função é construir e distribuir o conhecimento, acima de tudo pode se tornar líder no desenvolvimento de ideologias que imprimam posições democráticas por parte dos alunos, sentimentos de pertencimentos culturais e sociais e habitualidade com o que consideram “diferentes”.

O professor é antes de qualquer coisa, e isto foi bastante patenteado pelos alunos observados, um ser com potencial altamente transformador, aliás, é essencial que este se veja como produtor de histórias, de ações que possam gerar significativas melhoras no cotidiano escolar, e na vida de seus alunos.

Assim, há sem duvida para a melhoria e transformação do ambiente escolar a necessidade de se propor formas diferenciadas de organização, na incorporação de conteúdos, e principalmente nos métodos de ensino, favorecendo o reconhecimento e a adoção de valores baseados no respeito às diferenças.

O que se sabe é que abordar as questões raciais no ambiente escolar de forma simplista, desprezando suas potencialidades, não se caracteriza a melhor estratégia para levar os alunos a posicionamentos de ações reflexivas e formar cidadãos críticos do contexto social em que estão inseridos. Segundo as concepções do programa federal Ética e Cidadania (2007)¹, é importante se buscar formas diferenciadas de organização da escola e introdução de conteúdos e métodos de ensino que, “além de favorecer o conhecimento de outras realidades culturais, presentes em nossa sociedade, promovam a construção de valores assentados em princípios éticos de respeito às diferenças étnico-raciais e de gênero”.

Dessa forma, é pertinente atentar para elaboração de um plano de ensino que busque a valorização, o estímulo da tolerância e alteridade, levantando discussões que

¹ O Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero foi criado pelo ministério da educação e organizado pela Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) em 2007. Seu objetivo é criar as condições necessárias para que valores de ética, democracia, justiça e cidadania sejam incorporados no cotidiano das salas de aula, com ações que priorizem e busquem instrumentalizar a ação dos profissionais da educação envolvidos por meio de recursos didáticos e materiais pedagógicos adequados.

apontem para uma problematização englobando a apropriação de saberes e a desconstrução de hierarquias que permeiam o cotidiano e o aprendizado escolar. Portanto, incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira, trabalhar através de propostas significativas, implica compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, que sejam capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam contribuindo com a construção de um ambiente humanizado.

De acordo com a observação realizada como também pelos questionamentos propostos, fica evidenciado que a escola analisada ainda não dispõe de um vasto plano de ação neste sentido, apenas com abordagens esporádicas quando a disciplina permite. Sinaliza também que mesmo com a implantação da lei federal 10639/2003, muitas escolas juntamente com seus docentes não se sentem preparadas, ou não buscam alternativas na preparação para a utilização mais coerente destes conteúdos, principalmente no envolvimento e participação dos estudantes. Importante salientar ainda que reflexões neste sentido, buscando pela incorporação contínua de assuntos relacionados a África como ponte para o ensino de uma diversidade racial propriamente dita, não deve se limitar apenas a escola, mas que a mesma venha a fazer parte de um trabalho conjunto na garantia da superação racial.

Nesta perspectiva, percebemos que o ensino da história afro-brasileira aliado a uma prática pedagógica eficaz, pode valorizar o estímulo a uma discussão de exercícios para a sensibilização diante da realidade, pois a escola se constitui espaço privilegiado para a produção e conseqüentemente, formação e ampliação do senso crítico de seus participantes.

Logo, parece-nos bastante claro que a implantação de métodos pedagógicos na sala de aula pode contribuir decisivamente para criar um ambiente dinâmico que favoreça a formação sistemática da comunidade escolar sobre assuntos que abrangem toda a sociedade, sendo avesso a um meio inibidor e desfavorável ao desenvolvimento pleno de uma educação das relações étnico-raciais.

Conclusão

Ao pensarmos num ambiente que exercite seu poder de intervenção coletiva, ao contribuir para a melhoria da dimensão humana, com práticas pedagógicas que permeie a metodologia nas salas de aula, o caminho de aprendizagem da cultura afro, enquanto parte do sistema educacional, ainda encontra barreiras. Sem dúvida, pela pesquisa, percebemos que as aulas normalmente incorporam conteúdos esporádicos, de acordo

com a necessidade momentânea, correndo risco de determinar exotismos. Entendemos que o acesso a registros culturais diferenciados é indispensável para a consolidação e o “conserto” dos espaços como lugares democráticos e igualitários, começando pelo próprio âmbito escolar. É necessário que fique evidente sua função principal em levantar discussões e criar novas possibilidades por meio de práticas pedagógicas inovadoras a fim de formar uma sociedade participativa e preocupada no combate as discriminações, bem como indivíduos completamente capazes de lidar com o “diferente” e inquietos no que se refere a tarefa de educar para a superação e inclusão da diversidade.

Referências:

BITIOLI, Michele. TORNIOSSO, José Pedro. **História e cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.** Revista Fafibe Online. 2013

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica.** R. Mest. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan./jun., 2010

COQUEIRO, Edna Aparecida. **Educação das Relações Étnico-Raciais: Desnaturalizando o Racismo na Escola Para Além Dela.** Curitiba. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1838-8.pdf>

GOMES, Márcia Regina Luiz. **A discriminação racial no ambiente escolar pelas lentes de famílias negras e brancas.** ANPEd, Caxambu-MG, 2008.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Porto Alegre, 2007.

Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade : relações étnico-raciais e de gênero / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

TARDIF, M e RAYMOND, D. “Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério.” *Educação e Sociedade*, ano XXI, nº73, Dez/2000.